



**ACÓRDÃO Nº2101/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12371/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA
- 4- **Exercício:** 2019
- 5- **Responsável:** Eduardo Costa Taveira (Gestor)
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD e DICAMB.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4872/2023-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA . Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Multa.  
Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, exercício de 2019, de responsabilidade do **Sr. Eduardo Costa Taveira** – Secretário e Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, II e 24 da Lei 2.423/96.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Eduardo Costa Taveira** no valor de **R\$ 1.706,80 (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos)** e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, com fundamento no art. 54, VII da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, VII da Resolução n. 04/2002 com redação dada pela Resolução n. 04/2018 pela restrição n. 02 e 06 do Relatório Conclusivo n. 104/2021-DICAD e item 6 da Informação Conclusiva n. 37/2023-DICAD, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o



**ACÓRDÃO Nº2101/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Recomendar** à Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA que:

**10.3.1.** Cumpra com o máximo zelo a transparência na gestão pública, alimentando imediatamente o portal da transparência à medida que os atos são praticados;

**10.3.2.** Cumpra com o máximo zelo a Lei 4.320/64, principalmente no que tange ao controle patrimonial efetivo e que demonstre a atual situação patrimonial da entidade;

**10.4. Dar ciência** ao Sr. Eduardo Costa Taveira.

**10.5. Arquivar** os autos nos termos regimentais.

**11- Ata:** 35ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 10 de Outubro de 2023

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**  
Conselheiro Relator

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº2101/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral